

Historia de la enseñanza de Historia de la enfermería en Brasil

History of teaching Nursing History in Brazil

História do ensino de História de Enfermagem no Brasil

Taka Oguisso¹ Almerinda Moreira²

¹Enfermeira. Professora Titular da Escola de Enfermagem, da Universidade de São Paulo - EEUSP- (aposentada). Presidente da Academia Brasileira de História da Enfermagem, de 2010-2014 Correo electrónico: takaoguisso@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-2135-9579>

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela EEUSP. Professora Titular e Diretora da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, UNIRIO, gestão 2010-2014. Presidente da Academia Brasileira de História da Enfermagem, gestão 2016-2018. Correo electrónico: almerindamprof@gmail.com

Cómo citar este artículo en edición digital: Oguisso, T., & Moreira, A. (2019). Historia de la enseñanza de Historia de la enfermería en Brasil. *Cultura de los Cuidados* (Edición digital), 23 (55) Recuperado de <http://dx.doi.org/10.14198/cuid.2019.55.10>

Correspondencia: Grupo de Pesquisa no CNPq: Laboratório de Pesquisa de História da Enfermagem – LAPHE. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto/UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rua Dr. Xavier Sigaud, 290 - Urca - Rio de Janeiro - RJ - 22.290-180

Correo electrónico de contacto: almerindamprof@gmail.com



Recibido: 13/08/2019

Aceptado: 02/11/2019

ABSTRACT

It describes the path of teaching Nursing History. It aims at discussing the insertion of its content in the nursing curriculum at undergraduate level. It shows the sequence of its inclusion as an independent course or integrated in others within several curriculum models since 1923 until present time.

Key words: Nursing, Nursing history and education.

RESUMEN

Se describe la trayectoria de la enseñanza de Historia de la Enfermería. Tiene por objetivodiscutir la inserción de su contenido en los cursos de grado de enfermería como matéria independiente o integrada en otras en los diversos modelos curriculares desde 1923 hasta el presente. **Palabras-clave:** Enfermería, historia y educación de enfermería.

RESUMO

Descreve a trajetória do ensino de História da Enfermagem. Tem por objetivo discutir a inserção de seu conteúdo nos cursos de graduação em enfermagem. Apresenta a sequência de sua inclusão como disciplina independente ou integrada em outras nos diversos modelos curriculares desde 1923 até o presente.

Palavras chave: Enfermagem, história e educação de enfermagem

DESPERTANDO PARA A HISTÓRIA

Desde o início das décadas de 1970 e 1980, a História da Enfermagem passou a despertar o interesse de muitos profissionais. Observam-se por todos os lados, evidências de alta determinação não apenas para compreender, mas para preservar a memória do passado. Não são apenas enfermeiros e líderes da enfermagem, mas também sociólogos, antropólogos, historiadores e educadores em geral que, reconhecendo a importância da interdisciplinaridade buscam melhor conhecer e perscrutar as fontes, recursos, problemas, formas de desenvolvimento e mudanças ocorridas na profissão. Por que esse interesse ressurgiu agora?

Esse ressurgimento do interesse pela história pode indicar que estamos todos nos esforçando por entender melhor o passado, preservar a memória e, sobretudo, encontrar as raízes de nossa identidade cultural e nacional (Khoury, 2004). Temas históricos têm também captado o interesse do público

em geral, o que se verifica na produção das inúmeras novelas de fundo histórico, no Brasil, bem como filmes épicos ou históricos, documentários, biografias e romances históricos. Em vários países, inclusive no Brasil, há grandes investimentos em inúmeros projetos para restauração de monumentos, casas, edifícios, ruas e até cidades inteiras para serem consideradas “patrimônio histórico e cultural da humanidade”, pela UNESCO como já ocorre com Salvador, Olinda, São Luis e Ouro Preto entre outras. Para isso tem concorrido a participação dos governos, fundações, organizações internacionais e da própria população.

Na área da enfermagem esse interesse pode estar também relacionado ao fato dessa profissão ser eminentemente feminina e aos movimentos feministas e dos direitos da mulher, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970. Mulheres passaram a se mobilizar por maior acesso à participação política, social e cultural, bem como pela recuperação da sua história. Vale lembrar que a participação ativa das mulheres na sociedade está intimamente relacionada à história da enfermagem.

A própria criação do Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE) (Breay & Fenwick, 1931), fundado em julho de 1899, nasceu do desmembramento do Conselho Internacional de Mulheres. Este foi idealizado em 1848, porém concretizado apenas quarenta anos depois, em março de 1888, com uma conferência na cidade de

Washington, Estados Unidos. Quando essa organização realizou sua segunda Conferência em Londres, em junho de 1899, a enfermeira inglesa, Ethel Bedford Fenwick, fundadora da Associação Britânica de Enfermeiras, em 1887, como tesoureira desse evento, constatou a participação na Conferência de muitas mulheres que eram enfermeiras em seus respectivos países de origem, o que a animou a propor a criação de uma organização internacional, específica para enfermeiras, daí surgindo a primeira organização de profissionais da saúde no mundo, o CIE. Uma dessas enfermeiras presentes à Conferência em Londres, Grace Neil, foi também uma das líderes do movimento que deu o direito de voto à mulher, em 1893, na Nova Zelândia (Stodart, 1993), o primeiro país do mundo a reconhecer esse direito à mulher há mais de cem anos. Esse direito fundamental para todos os cidadãos, homens e mulheres, foi implantado nacionalmente somente no século XX para a grande maioria dos países. Vizinha da Nova Zelândia, a Austrália foi o segundo país a aprovar o voto da mulher em 1902. Ainda nessa década foi a Finlândia em 1905, seguida pela Noruega em 1913. Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos aprovaram em 1919. E o Brasil, somente em 1932, isto é, um ano após Portugal e Espanha terem reconhecido. França, Itália e Japão o fizeram após a 2ª Guerra Mundial, em 1945. E há vários países que até hoje não reconheceram ainda esse direito das mulheres.

Este trabalho tem por objetivo analisar e discutir a inserção do conteúdo de História da Enfermagem nos cursos de graduação em enfermagem e de auxiliar de enfermagem, impulsionada pelo atendimento a normas legais que estabeleciam os currículos.

HISTÓRIA DA ENFERMAGEM COMO CONTEÚDO CURRICULAR

É uma constatação surpreendente que o tema História da Enfermagem, no Brasil, resistiu praticamente incólume a quase todas as reformas curriculares ocorridas, a partir de 1923. Como disciplinas independentes ou integradas em disciplinas maiores ou áreas temáticas, como ocorre com o currículo atual, o fato é que esse assunto constou nas reformulações legais e continua na ordem do dia. Entre as matérias constantes na primeira escola de enfermagem, criada no Hospício Nacional de Alienados, em 1890, não constava essa disciplina.

Sobre a fundação de um curso de enfermagem (Carvalho, 1965) em “moldes nightingaleanos”, por enfermeiras inglesas, em 1895, no Hospital Samaritano, em São Paulo, de iniciativa particular, há registros de seu funcionamento em atas da entidade, onde naturalmente não caberiam dados sobre currículo ou conteúdo do curso. Destaque-se que não existia ainda legislação específica

no Brasil nem para aprovar a criação e nem para funcionar cursos ou escolas, fossem de enfermagem ou qualquer outro. Assim, não é de se estranhar que não houvesse registros, livros ou listas de professores. Sobre as alunas, Mott (1999) conseguiu documentar nomes de alunas que frequentaram os cursos de enfermagem nesse Hospital. De qualquer forma, uma ata da época constitui documento fidedigno e aceito como registro histórico. Sobre os cursos criados pela Cruz Vermelha Brasileira (Mott & Tsunehiro, 2001), há registros de sua criação em São Paulo, em 1914 e na cidade do Rio de Janeiro, em 1916. Esses relatos, entretanto, nada mencionam sobre o ensino dessa disciplina, talvez porque seus fundadores estivessem mais preocupados com a formação técnica profissional e de voluntários para a guerra, considerando-se a Primeira Guerra Mundial que acontecia na Europa. Foi somente a partir de 1923, que esse tema passou a constar do elenco das disciplinas com o nome de “Bases históricas, éticas e sociais da enfermeira”. No Quadro abaixo constam as normas legais sobre o ensino de enfermagem, o título da disciplina e a respectiva carga horária (Tabla 1). Em 1931 essa disciplina chamou-se Ética e História da Enfermagem; em 1949, constava apenas História da Enfermagem. Com o advento de um sistema nacional de educação, em 1961, e a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os cursos de Enfermagem passaram a ser regidos pelo Parecer n. 271/62 (Brasil, 1974), cujo

currículo mínimo incluía Ética e História da Enfermagem.

Ao final da década de 1960 ocorreu a Reforma Universitária e foi aprovada a Resolução n. 4/72 (Brasil, 1974), mais conhecida como Parecer n. 163/72 que a antecedeu. Nessa Resolução surgiu a matéria Exercício da Enfermagem, que especificava a inclusão de deontologia médica e legislação profissional, sem mencionar História. Presume-se que docentes continuaram a integrar aspectos históricos da Enfermagem, mesmo sem obrigatoriedade legal, pois assim estavam acostumados. O estudo da legislação, por sua linguagem jurídica, é muito árido para os menos iniciados. Por outro lado, a necessidade de interpretar e discutir o contexto em que essas normas legais foram aprovadas resultaria numa explanação histórica da Enfermagem, justificando-se, pois, esse conteúdo.

Em 1994, com a Portaria MEC n° 1.721/94 (Brasil, 1994), foi fixado o currículo mínimo para os cursos de enfermagem, onde a História da Enfermagem é incluída explicitamente como uma das matérias da área temática Fundamentos de Enfermagem.

Pouco antes da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20-12-1996) por solicitação da ABEn houve o Parecer n. 314/94, que propunha currículo mínimo de 3.500 horas constituído de quatro eixos temáticos: Bases biológicas e sociais da Enfermagem,

Fundamentos de Enfermagem, Assistência de Enfermagem e Administração em Enfermagem. No eixo Fundamentos de Enfermagem, com 25% da carga horária, constava o conteúdo de história da enfermagem. Foi a última vez em que esse tema foi oficial e explicitamente indicado como parte do curso de graduação em enfermagem. Esse Parecer iria se transformar em Resolução em março de 1994, conforme projeto apresentado, mas tornou-se a Portaria n. 1721, 15 de dezembro de 1994, do Ministro da Educação. Essa Portaria ratificou para os cursos de graduação a carga horária de 3.500 horas/aula, incluídas as destinadas ao estágio supervisionado em enfermagem e a duração mínima em 4 anos e máxima de 6 anos. Mas não contemplava disciplinas da área de educação “desconsiderando a função educativa da enfermagem” e delimitou “o percentual da carga horária dos eixos temáticos, configurando um controle sobre o processo de formação” (Fernandes et al, 2011). Antes que se efetivasse a implementação desse currículo, foi aprovada a Lei n. 9.394, de 20-12-1996, sobre as Diretrizes e Bases da Educação que, com a flexibilização dos currículos e a expansão de cursos/vagas na educação superior, veio novamente modificar o panorama da enfermagem. Normas complementares foram aprovadas e a enfermagem foi contemplada pela Resolução CNE/CES n. 3, de 07-11-2001 (Conselho Nacional de Educação, 2001) que instituiu as Diretrizes

Curriculares Nacionais do curso de graduação em enfermagem, que ratifica também um aspecto muito importante e pouco considerado por educadores da enfermagem, que é a visão da interdisciplinaridade. Neste novo currículo, apesar das ciências humanas e sociais incluírem aspectos sociais, culturais, psicológicos, éticos, legais e até ecológicos, nada mencionam sobre determinantes históricos do processo saúde-doença.

Posteriormente o Decreto nº 5.773, de 09-05-2006, veio dispor sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais do sistema federal de ensino. Esse Decreto prevê no art. 36 que “o reconhecimento de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, deveria ser submetido, respectivamente à manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Conselho Nacional de Saúde” (Brasil, 2006). Nos parágrafos subseqüentes, estipula que o prazo de manifestação é de 60 dias prorrogável por igual período. Nos processos de reconhecimento de outros cursos de graduação ou licenciatura, de profissão regulamentada, esse Decreto possibilita que os respectivos conselhos federais atuem efetivamente oferecendo subsídios à decisão do Ministério da Educação, dentro desse prazo de 60 dias (art. 37). No caso da enfermagem, certamente

cabará ao Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) essa prerrogativa.

Com tais Diretrizes, o próprio Ministério da Educação concedeu ampla liberdade para elaboração de currículos às escolas de enfermagem, apenas balizando a carga horária e a duração de cada curso. Não há dúvida de que o trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), através de estudos e propostas de educadores enfermeiros nos diversos seminários nacionais de educação de enfermagem (SENADEN) foi fundamental. De fato, essas diretrizes indicam o caminho, sem especificar como antigamente se fazia (Decreto n. 27.426/49) a seriação do curso, a relação de disciplinas e até o tempo mínimo necessário para provas e estágios noturnos e de saúde pública (Brasil, 1974).

De fato, o ensino da História da Enfermagem sempre teve suas dificuldades sentidas pelos docentes dessa disciplina, talvez por não ser considerada uma matéria “nobre”, como as disciplinas de conteúdo assistencial que representavam a prática profissional a ser exercida futuramente pelos estudantes.

Em 1979, durante uma reunião da Sociedade de História da Enfermagem, em Londres (History of Nursing Society, 2017), discutiam-se esses problemas e questionavam a utilidade dos livros-textos utilizados. Nessa forma mais ampliada para o ensino de história, sugeriam-se a análise de um leque maior de fontes, a necessidade de

criar museus nacionais de história da enfermagem, com coleções de material e modelos de artefatos utilizados nos hospitais, tais como crachás, postais, azulejos ou vitrais mostrando enfermeiros em ação, quadros, depoimentos gravados, história oral, caricaturas, fotografias, filmes biográficos ou documentários. Doze anos depois, constatavam ter progredido pouco, especialmente na criação do museu nacional, embora enfermeiros britânicos possam sempre contar com o grande acervo histórico existente no Museu Florence Nightingale, no Colégio Real de Enfermagem e na sua filial escocesa, em Edinburg. Como já mencionado, o atual Colégio Real de Enfermagem (McGann *et al*, 2009), sediado em Londres, foi fundado em 1887 por Ethel Bedford Fenwick, e é, até hoje, a entidade representativa de todos os enfermeiros britânicos, tanto na área técnico-cultural, como sindical e de controle do exercício.

Enfermeiros americanos, conscientes da importância e necessidade de preservar documentos históricos regionais, estão organizando coleções, como a criada na Universidade de Missouri, na cidade de Kansas, para desenvolver a pesquisa histórica na educação e na prática da enfermagem. Acreditam mesmo que o futuro da profissão pode depender do estudo de sua história.

Entre as mais antigas obras e trabalhos produzidos por enfermeiros sobre a História da Enfermagem Brasileira, destaquem-se o de Ethel Parsons publicado

pelo Conselho Internacional de Enfermeiras, em 1927, sobre a enfermagem moderna no Brasil (Parsons, 1927), Waleska Paixão, em 1951, e Glete de Alcântara, sobre o ensino de ética e história da enfermagem (Alcântara, 1966), que além de sua tese de cátedra de 1963, escreveu em inglês (Alcântara, 1957) para divulgar a enfermagem nacional entre os não versados no vernáculo. O “Relatório Final do Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil – 1956/1958” (Associação Brasileira de Enfermagem, 1980), produzido pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) constituiu-se num marco histórico, não apenas pela pesquisa científica em si, mas especialmente por todo o seu conteúdo. Foi publicado em inglês, em 1960, pela Fundação Rockefeller, patrocinadora dessa pesquisa nacional. Por falta de recursos a publicação em português ocorreu apenas em 1980. Maria Rosa Pinheiro também escreveu vários textos históricos, inclusive sobre a Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP), em 1967 (Pinheiro, 1967). Outro acontecimento relevante para a história da enfermagem brasileira foi a publicação do “Documentário da ABEn”, sobre o período de 1926 a 1976, escrito por Anayde Corrêa de Carvalho, para comemorar o cinquentenário dessa entidade (Carvalho, 1976). Constitui obra de referência obrigatória para todos os estudiosos de história da profissão. Por ocasião do cinquentenário da EEUSP, outra

docente, Amália Corrêa de Carvalho, escreveu a história dessa instituição, que se tornou também a única obra histórica de referência dessa Escola (Carvalho, 1992). Enfermeiros e outros profissionais logo descobrem que não há respostas simples para problemas como doença, dependência, medo, dor ou ignorância e nem uma fórmula para a pesquisa histórica ou um único método histórico, embora existam regras e balizas para dar credibilidade ao estudo. De qualquer modo, se na História da Enfermagem e através dela, as distâncias entre acadêmicos e profissionais da prática da enfermagem assim como entre esses dois grupos e o público em geral podem ser reconhecidas, discutidas, estudadas e até interligadas, muitos problemas poderiam ser melhor compreendidos e, talvez, até solucionados.

CRONOLOGIA SOBRE LEGISLAÇÃO DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

O tema História de Enfermagem constituía conteúdo teórico ministrado, em geral, pela diretora da escola de enfermagem, muitas vezes no final do dia quando ela se liberava das funções burocráticas e administrativas. Sempre constituiu tema importante e caro para quem o ministrava e mantido tradicionalmente para lembrar o legado de Florence Nightingale, os precursores da atividade e instituições que prestavam assistência aos doentes. Não havia ainda muita preocupação em estudar a formação da identidade profissional da enfermagem.

Tabla 1. Quadro das normas legais sobre Ensino e História da Enfermagem

Ano	Norma legal	Título da disciplina	Carga horária curso
1923	Decreto 16.300, 31-12-1923	Bases históricas, éticas e sociais da Enfermagem	28 meses
1931	Decreto 20.109, 15-06-1931	Ética e História da Enfermagem	3 anos calendários
1949	Lei 775, de 06-08-1949 e Decreto 27.426, 14/11/1949	História da Enfermagem	36 meses calendários
1962	Parecer 271, 19-04-62	Ética e história da Enfermagem	3 anos letivos + habilitação
1963	Parecer 303, 06-10-63	Ética e história da enferm. e obstetrícia	3 anos letivos + habilitação
1965	Portaria 159,14-06-65		Fixa em 2430 horas ou 3240 hs c/ habilitação
1972	Parecer 163/1972	Exercício da Enfermagem (deontologia médica e legislação profissional)	2500 horas
1994	Portaria 1721/1994	História da Enfermagem	3500 horas
2001	Resolução CNE/CES 3, de 07-11-2001	Não cita aspectos históricos	4000 horas

Fonte: Ministério da Saúde, SESP – Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3 vol, 1974

Um detalhe que pode passar despercebido é a indicação da duração do curso em “dois anos e quatro meses divididos em cinco séries” no Decreto nº. 16.300, de 31-12-1923 (Brasil, 1974), que aprovou o Regulamento do DNSP e criava uma escola para enfermeiras subordinada ao Serviço de Enfermagem desse Departamento. As alunas eram obrigadas a um serviço diário de 8 horas com dois meios dias de descanso por semana e uma quinzena anual de férias. Para bem cumprir essa exigência, as alunas deveriam compensar as faltas e folgas ao final do curso, resultando em mais 4 meses pelo menos, o que totalizaria dois anos e oito meses ou quase três anos. O espírito reinante entre as dirigentes das escolas era que as alunas deveriam cumprir rigorosamente a duração do curso.

O Decreto nº 20.109, de 15-06-1931 (Brasil, 1974) tratava basicamente da equiparação de escolas de enfermagem ao padrão da Escola Ana Nery, e nada regulava sobre disciplinas ou duração do curso, mantendo-se pois o que já era prática da época. Assim, quando a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, estabeleceu que o curso de enfermagem teria a duração de 36 meses e o de auxiliar de enfermagem, 18 meses, seguindo a tradição criada pela legislação anterior, enfermeiros docentes entenderam que a duração do curso deveria ser de 36 meses calendários. Ou com o período de três meses de férias anuais, seria de 4 anos

letivos. No curso de auxiliar de enfermagem havia menção ao conteúdo de noções de ética, mas não de história da enfermagem.

Em virtude dessa tradição que existia à época houve muita insatisfação das educadoras de enfermagem, com o Parecer n. 271, de 19 de abril de 1962 (Brasil, 1974), que estabelecia a duração do curso em três anos letivos. O Conselho Federal da Educação (CFE), à época, entendeu que o curso de 36 meses correspondia a três anos letivos, e não atendeu ao pleito das enfermeiras sobre os três anos calendários em quatro anos letivos. Mas, ante tantas queixas, o CFE criou a habilitação como quarto ano do curso. Essa questão ainda perdurou por longos anos, pois era sempre baseado em interpretação de legislações anteriores, pois somente em 1965 é que surgiu o conceito de carga horária, e coube ao curso de enfermagem o total de 2.430 horas.

O curso de auxiliar de enfermagem, criado pela Lei nº 775/49 (Brasil, 1974), tinha em seu programa o tema “noções de ética”, mas não a história da enfermagem. Legislação federal posterior, a Portaria MEC n. 106, de 28-04-1965 (Brasil, 1974), ao fixar o currículo mínimo para esse curso, previu explicitamente a disciplina Ética e História da Enfermagem. Entretanto, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024, de 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1974) já estabelecia que esse nível de ensino seria da competência do sistema estadual de ensino,

o que na prática ainda demorou muito a acontecer. Mesmo com a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, de Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus (Brasil, 1974), o MEC ainda baixou as Resoluções CFE nº 7, de 18-04-1977 (Brasil, 1977a), e nº 8, de 18-04-1977 (Brasil, 1977b), regulamentando os cursos de auxiliar e de técnico de enfermagem. Nessa regulamentação a História da Enfermagem não constituía tema de inclusão obrigatória, embora muitos enfermeiros ministrassem esse conteúdo no início do curso, dentro de Fundamentos ou Introdução à Enfermagem, talvez por influência de norma anterior (Portaria n. 106/65),

Na década de 1960, surgiram os dois primeiros cursos de Técnico de Enfermagem, no Rio de Janeiro, seguidos de outros cursos nesse nível em todo o Brasil. Havia legislação própria para esse curso, mas subordinada ao sistema estadual de ensino, com requisitos específicos de licenciatura para os docentes. Espera-se e presume-se que, igualmente, enfermeiros licenciados estejam ministrando essa temática no conteúdo geral do curso para que eles também tomem conhecimento da dimensão histórica da profissão.

Na década de 1970, com o Parecer n. 163/72 (Brasil, 1974) o título da disciplina foi alterado para Exercício da Enfermagem, com inclusão de deontologia médica e legislação profissional, como se não existisse um Código de Ética ou de Deontologia de Enfermagem. Na época, o

sistema COFEN/CORENs não estava ainda criado. Por falta de melhor especificação de conteúdo, muitos enfermeiros por não dominarem a terminologia jurídica, sentiam dificuldade em discutir o conteúdo da legislação profissional existente. Assim, presume-se que enfermeiros docentes continuaram a ministrar o conteúdo já conhecido de História da Enfermagem, acrescidos do Código de Ética da Enfermagem da ABEn, até surgir o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem do COFEN.

O QUE PENSAVAM AS PIONEIRAS SOBRE HISTÓRIA DA ENFERMAGEM

Glete de Alcântara já afirmava, há 50 anos atrás, que “para desenvolver nos estudantes a compreensão das condições históricas que permitiram à enfermagem destacar-se da prática médica, secularizar-se e obter status de profissão, era necessário integrar a História da Enfermagem” (Alcântara, 1966) na história do mundo ocidental. Inserida como está na história dos acontecimentos humanos, seus objetivos, sob certos aspectos são comuns ao da história universal. Considerada a enfermagem como um dos segmentos da sociedade, os problemas atuais com que se defronta a profissão somente serão compreendidos mediante uma perspectiva histórica, uma vez que em seu passado são encontradas

as explicações do presente. No curso de graduação, os propósitos do ensino de história deveriam, segundo essa autora, ampliar horizontes culturais dos estudantes, desenvolver a capacidade de julgamento independente, a honestidade intelectual em relação aos trabalhos lidos e citados, a tolerância, o respeito pelas opiniões alheias, a capacidade de expressão, enfim conhecimentos, ideais, atitudes e hábitos.

De fato, todos os acontecimentos do presente constituem um reflexo de situações do passado, recente ou remoto, assim como eles irão, de alguma forma, acarretar conseqüências ou influir no futuro. Há, pois, um encadeamento dos fatos, ligando o passado ao presente e este ao futuro. Daí a necessidade de desenvolver o interesse e curiosidade intelectual do aluno, assim como despertá-lo para a responsabilidade profissional que deverá assumir como integrante das futuras gerações de enfermeiros, que saibam compreender os fatos históricos e suas repercussões.

O ensino de História da Enfermagem, relativamente ao conteúdo, não pode consistir numa sucessão de nomes de pessoas que exerceram atividades de enfermagem e relacionados aos quais simultaneamente, sejam citados fatos e acontecimentos sem que fosse apresentada uma compreensão integrada de todos esses elementos nos distintos cenários ao longo do tempo. Assim

escrevia Di Lascio, em 1985, que já reconhecia que o ensino dessa disciplina não fazia apelo ao estudante.

As conseqüências desses fatos podem ser percebidas até hoje, em que a História da Enfermagem, como parte das ciências humanas, continua relegada a espaços espremidos no início ou final de conteúdos considerados “nobres” da enfermagem. Com isso a carga horária fica reduzida ao mínimo necessário, se comparada com a duração citada por Alcântara em seu artigo, que era de 60 horas, e ministrada em dois períodos, no primeiro e no terceiro ano do curso de graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se considerarmos que a Enfermagem, no século XXI, teve sua carga horária legal definida em 4.000 horas para os cursos de graduação, é preciso reconhecer que foi efetivamente uma conquista, pois na União Européia desde a década de 1980, era obrigatório para os países desse bloco que os cursos tivessem 4000 horas. A partir de 2011 todos os cursos seguem as normas do Tratado de Bolonha, de 2000, e os países tiveram 10 anos para fazer as adaptações.

O desenvolvimento de pesquisas científicas a partir do marco histórico que foi o Levantamento de Recursos e Necessidades da Enfermagem no Brasil, de 1956-58, e a defesa por Dra Glete de Alcântara, da tese de cátedra em História da Enfermagem,

(Alcântara, 1963), desencadearam os avanços e os novos rumos da profissão. Evidentemente isso não teria ocorrido se o sistema nightingaleano não tivesse sido implantado no Brasil.

Ainda na década de 1960, houve a instituição da Comissão de Especialistas do ensino de enfermagem, de acordo com a Portaria Ministério da Educação nº 132/66⁷ e Decreto nº 63.338/68 (Brasil, 1974). A primeira Comissão era composta por Waleska Paixão, Haydee Guanais Dourado, Circe de Melo Ribeiro, Izaura Barbosa Lima, e Maria Rosa Pinheiro. Já na década de 1970 foi criada a pós-graduação senso estrito, com programas de mestrado e doutorado, sendo que o primeiro doutorado acadêmico na América Latina foi criado em 1981, na Universidade de São Paulo. Esses programas projetaram enfermeiros para a carreira acadêmica chegando a professores titulares.

Ainda na década de 1970 foi criado o sistema COFEN/COREN, após uma longa luta de 28 anos das líderes da enfermagem brasileira. Em seguida foram criados os vários sindicatos de enfermeiros e a Federação Nacional de Enfermeiros.

Portanto, no campo da legislação, o Brasil conta com normas legais específicas tanto para o exercício profissional como para o ensino em todos os níveis. A ênfase dos órgãos governamentais à carga horária teórica acabou reduzindo as horas de estágio prático de campo para 20% do total de 4000 horas, no caso do curso de graduação de

enfermagem. Isso significa que 3.200 horas são dedicadas a aulas teóricas. Nessa circunstância, não seria esse o momento propício para melhorar e ampliar o conhecimento da história da própria profissão e de desenvolver as habilidades para formação ou consolidação da identidade profissional da enfermagem (Souza Campos & Oguisso, 2008)?

Hoje é possível sentir reconhecimento social da profissão, maior valorização dos enfermeiros e até mesmo a identificação das diferentes categorias, pois as novelas têm divulgado essa diferenciação, quando as personagens, atrizes se apresentam como Técnica de Enfermagem, por exemplo. Entendemos que seja resultado do trabalho que o COFEN, CORENs e ABEn com suas seccionais vêm desenvolvendo.

Evidentemente, constitui uma conquista do século XXI a criação da Academia Brasileira de História da Enfermagem - ABRADHENF com sua tônica de interdisciplinaridade, em 2010, não por acaso, na data do centenário da morte de Florence Nightingale. Exatamente por isso, a própria Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o ano de 2010 como o Ano Internacional da Enfermeira (Fernandes, 2010). Coroando esses acontecimentos, ocorreu a fundação da Federação Ibero-americana de História da Enfermagem (FIAHE), em Lisboa, 2009, cujos Estatutos foram aprovados em novembro de 2011, em Alicante, Espanha, e

registrados no México. Também houve a fundação da Sociedade Portuguesa de História da Enfermagem, em 2010, e da Associação Nacional de História da Enfermagem (ANHE), em Lisboa, Portugal, em 2011.

Mas, na sala de aula, é sem dúvida, o entusiasmo do professor, o idealismo, a convicção, a experiência profissional e a sinceridade com que ministra as aulas, além do necessário conhecimento, que são fatores imprescindíveis para despertar a motivação e o interesse dos alunos para essa importante área de domínio do campo de saber da enfermagem.

Docentes e pesquisadores de História da Enfermagem necessitam continuar contribuindo com sua produção científica para torná-la cada vez mais consistente não apenas quanto à sua abrangência, conteúdo e enfoques como também quanto aos métodos e processos de pesquisa. Historiadores e outros profissionais já estão adensando seus estudos sobre esse tema, o que demonstra a amplitude que esse campo ainda oferece e as possibilidades de novos estudos de grande interesse social e cultural, além da titulação para seus autores.

Finalmente, cabe repetir segundo Glete de Alcântara, de que os “propósitos do ensino de história deveriam ampliar horizontes culturais dos estudantes,

desenvolver a capacidade de julgamento independente, a honestidade intelectual em relação aos trabalhos lidos e citados, a tolerância, o respeito pelas opiniões alheias, a capacidade de expressão, enfim conhecimentos, ideais, atitudes e hábitos” (Alcântara, 1966). Para adaptar aos novos tempos, poderia se acrescentar “e contribuir para a formação ou consolidação da identidade profissional da Enfermagem brasileira” (Oguisso, 2000).

REFERÊNCIAS

- Alcântara G. (1957). *Brief review of nursing in Brazil*. [S.l.]: Ministério da Educação e Cultura.
- Alcântara, G. (1963). *Enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculo a sua expansão na sociedade brasileira* [tese de concurso à cátedra]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.
- Alcântara, G. (1966). O ensino de ética e história da enfermagem. *Rev. Bras Enferm*, 19(4), 393-402.
- Associação Brasileira de Enfermagem. (1980). *Levantamento de recursos e necessidades da Enfermagem: 1956-1958*. [Relatório final]. Brasília, DF: Associação Brasileira de Enfermagem.
- Brasil. (1974). Ministério da Saúde. *Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Serviço Especial de Saúde Pública; 1974. 3 vol.
- Brasil. (1977a). Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 7, 18 de abril de

1977. *Documenta*, 197, pp. 191-2, 18 abr 1977.
- Brasil. (1977b). Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 8, de 18 de abril de 1977. *Documenta*, 197, pp. 192-3. 18 abr 1977.
 - Brasil. (1994). Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 1.721, de 15 de dezembro de 1994. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Enfermagem [Internet]. Brasília, DF. Recuperado de: http://www.lex.com.br/doc_11078549_portaria_n_1721_de_15_de_dezembro_de_19
 - Brasil. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. *Diário Oficial da União*. Brasília, maio de 2006. Seção I, pp. 6.
 - Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, dezembro de 1996. Seção I, pp. 27833
 - Brasil. Parecer nº 314, de 06 de abril de 1994. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, novembro de 1994. Seção I, pp. 17991.
 - Brasil. Resolução CNE/CES nº 3, de 07 de novembro de 2001. *Diário Oficial da União*. Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2001. Seção I, pp. 37.
 - Breay, M., Fenwick E. G. (1931). *History of the International Council of Nurses, 1899-1925*. Geneva: The International Council of Nurses.
 - Carvalho, A. C. (1965). Histórico da Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane. *Revista Bras. Enferm.*, 18(2-3), pp. 151-6.
 - Carvalho, A. C. (1976). *Associação Brasileira de Enfermagem: documentário 1926-1976*. Brasília, DF: Associação Brasileira de Enfermagem.
 - Carvalho, A. C. (1992). *Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: resumo histórico*. São Paulo: Escola de Enfermagem da USP.
 - Di Lascio, C. M. S. (1985). O ensino da história na formação do enfermeiro. *Rev Bras Enferm.*, 38(2), 126-37.
 - Fernandes, C. (2010). A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a proposta para o mundo da Enfermagem estabelecer em 2010 o Internacional da enfermeira. *Recanto das Letras*. 2010. Recuperado de: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/2328920>.
 - Fernandes, J. D., Silva, R. M. O., Calhau, L. C. (2011). Educação em enfermagem no Brasil e na Bahia: o ontem, o hoje e o amanhã. *Enfermagem em Foco*, 2 (supl), 63-7.
 - History of Nursing Society [Online]. London, United Kingdom. [acesso em 2017 jan. 10]. Recuperado de: <https://www.rcn.org.uk/get-involved/forums/history-of-nursing-society>.
 - Khoury, Y. A. (2004). *Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: fundadas entre 1500 a 1900*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, PUC-SP/CEDIC, FAPESP. 2 vol.
 - McGann, S., Crowther, A., Dougall, E. (2009). *A history of the Royal College of Nursing 1916-1990: a voice for nurses*. Manchester, Great Britain: Manchester University Press.
 - Mott, M. L. (1999). Discutindo a História da Enfermagem em São Paulo (1890-1920). *Cad. Pagu*, 13, 327-55.
 - Mott, M. L, Tsunehiro, M. A. (2001). Os cursos de enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira e o início da Enfermagem Profissional no Brasil. *Revista Bras. Enferm.*, 55(5), 592-99.
 - Oguisso, T. (2000). Memória e história: Centro Histórico-Cultural da Enfermagem Ibero-americana. *Esc. Anna Nery Revista de Enfermagem*, 4(3), 359-367.
 - Parsons, E. (1927). Modern nursing in Brazil. *The ICN*, 2(4), 292-302
 - Paixão, W. (1951). *Páginas da História de Enfermagem*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.
 - Pinheiro, M. R. S. (1967). Histórico da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. *Rev. Esc. Enferm USP*, 1(1), 3-47.
 - Souza Campos, P. F., Oguisso, T. (2008). A Escola de Enfermagem da

- Universidade de São Paulo e a reconfiguração da identidade profissional da Enfermagem Brasileira. *Revista Bras. Enferm.*, 61(6), 892-8.
- Stodart, K. (1993). Suffrage: a pioneer for nursing. *Nursing New Zealand*, 1(6), 28-9.

